

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## NOVOS CAMINHOS PARA A DESCONSTRUÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Lícia Cristina Araújo da Hora<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste artigo analisa-se os confrontos de projetos para o Ensino Médio Integrado, tomando como referência de formação humana o debate histórico da Politécnica no Brasil. Busca-se situar historicamente esse debate, assim como sua compreensão associada ao conceito de Omnilateralidade. Realiza-se recorte histórico a partir dos 1980, para posteriormente análise das repercussões da aprovação do Decreto nº 5.154/2004 e a simbologia da expressão *travessia* associada ao Ensino Médio Integrado. Analisa-se alguns aspectos da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) e do Programa Novos Caminhos para identificar os impactos sobre os Institutos Federais e seu caráter público. Para realizar este trabalho utilizamos os fundamentos teórico-metodológicos nos estudos do campo Trabalho e Educação. Como procedimentos de pesquisa, utilizou-se revisão de literatura e análise documental.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integrado. Reforma do Ensino Médio. Programa Novos Caminhos. Politécnica.

### ABSTRACT

This article analyzes the clashes of projects for Integrated Secondary Education, taking the historical debate of Polytechnics in Brazil as a reference for human training. We seek to place this debate historically, as well as its understanding associated with the concept of Omnilaterality. A historical cut is carried out from the 1980s onwards, for later analysis of the repercussions of the approval of Decree nº 5.154/2004 and the symbology of the expression crossing associated with Integrated Secondary Education. Some aspects of the Secondary Education Reform (Law nº 13.415) and the New Paths Program are analyzed to identify the impacts on the Federal Institutes and their public character. To carry out this work, we used the theoretical-methodological foundations in studies in the field of Work and Education. As research procedures, literature review and document analysis were used.

**Keywords:** Integrated High School. High School Reform. New Paths Program. Polytechnic.

<sup>1</sup> Professora do IFMA, Estudante do Doutorado em Educação Escolar UNESP. [liciadahora@ifma.edu.br](mailto:liciadahora@ifma.edu.br)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## 1 INTRODUÇÃO

O tema da Politecnicia produziu um fecundo debate no Brasil. A proposta do campo progressista<sup>2</sup> possui um marco temporal, a realização das Conferências Brasileiras de Educação no início nos anos 1980. Essa abordagem progressista ganhou destaque a partir da mobilização no âmbito do Fórum em Defesa da Escola Pública e da sua atuação na Constituinte e durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Educadores que atuaram intensamente nesses espaços públicos de debate e de luta social e política como Saviani (2003, 2007), Frigotto (1984), Machado (1994) e Kuenzer (1985) enfatizaram em suas pesquisas, a partir da influência das leituras de Marx e de Gramsci, categorias como Politecnicia, Trabalho como princípio educativo, Educação Tecnológica e Escola Unitária.

É sob a influência do debate teórico envolvendo esses educadores que os documentos oficiais que subsidiam a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica apresentam o projeto de Ensino Médio Integrado. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados a partir da Lei n.º 11.892/2008, são o início de um novo projeto de institucionalidade dentro da Rede Federal, congregando Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades

<sup>2</sup> Campo progressista, as entidades organizadas no bojo das lutas pela educação no período recortado no final dos anos 1970. Entre estas citamos a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC) que já existiam anteriormente, mas foram reativadas naquele período. Destacamos ainda: Confederação de Professores do Brasil (CPB), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) articuladas em 1979, Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) em 1978, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em 1977, entre outras entidades acadêmico-científicas criadas nesse período, citamos o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e Associação Nacional de Educação (ANDE). Estas entidades buscaram aglutinar forças e consensos possíveis para o enfrentamento da ditadura empresarial-militar e para discutir uma proposta de educação pública no âmbito das Conferências Brasileiras de Educação. Em 1986, a consolidação dessas forças, apesar de suas contradições, organizou-se no âmbito do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito.

PROMOÇÃO



APOIO



Federais (EVs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Essa Lei também criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

No primeiro ano do Governo Federal, sob gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi aprovado o Decreto n.º 5.154 de 2004, que demarca uma aparente cisão com o Decreto anterior, n.º 2.208 de 1997, e estabelece um projeto de *travessia*, denominação dada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) para discussão do Ensino Médio Integrado. O termo Ensino Médio Integrado foi utilizado por educadores e formuladores do novo “projeto” como tática política de substituição ao conceito de Politecnia, uma vez que este é associado a educadores do campo da esquerda e perderia força na disputa política no âmbito da Educação Profissional junto ao Sistema S,<sup>3</sup> visando a aprovação do Decreto.

O movimento construído pelo campo progressista para o projeto de Ensino Médio Integrado passa a ser incorporado pelo governo do PT, pelo menos aparentemente nos primeiros oito anos de mandato do governo Lula. É com base neste contexto que o discurso que apresentava o projeto dos Institutos Federais e o projeto de Ensino Médio Integrado ganhou força, trazendo reflexões amparadas em categorias como Formação Omnilateral, Politecnia, Trabalho como princípio educativo e Escola Unitária<sup>4</sup>.

No ano de 2004, foi editado o Decreto n.º 5.154, que versa sobre a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conhecido amplamente como Ensino Médio Integrado. Em 2008, dois documentos foram lançados: “Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil” (BRASIL, 2008a); e “Ensino Médio Integrado: uma perspectiva abrangente na política pública educacional” (BRASIL, 2008b). Conforme destacam os autores do campo progressista que disputaram o processo de correlação de forças, é importante entender que:

Um documento é fruto de um conjunto de disputas, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendida nas disputas internas na

<sup>3</sup> O Sistema S compreende nove entidades com destaque para o Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Sesc - Serviço Social do Comércio, Sesi - Serviço Social da Indústria; e Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

<sup>4</sup> Termo utilizado nos escritos de Gramsci sobre Escola, Educação.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociedade, nos estados, nas escolas. Sabemos que a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 27).

É com esta compreensão que realizamos a exposição deste trabalho. O Decreto nº 5.154 que deu corpo em alguma medida ao Projeto de Ensino Médio Integrado do campo educacional progressista desde os anos de 1980, sua concepção ainda que frágil dado os limites da sociedade capitalista, está sob acirrado ataque do projeto de empresariamento de novo tipo na educação<sup>5</sup>. O confronto se dá no cenário de um conjunto de reformas, tais como: Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), Base Nacional Curricular Comum (2017, 2018), Base Nacional Curricular para Formação de Professores (2018) e as Diretrizes Curriculares para Educação Profissional (2021).

## 2 O DECRETO N.º 5.154 E A ILUSÃO DA CONQUISTA DE UMA LUTA QUE NÃO SE ENFRETOU NAS ESCOLAS

A aprovação do Decreto nº. 5.154 de 2004 no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva significou uma vitória para muitos educadores, sobretudo aqueles que trabalham em escolas de educação profissional pública, já que o Decreto n.º 2.208/1997, que regulamentou o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, impactando de forma negativa na cultura, no currículo e no trabalho destas escolas. Para alguns intelectuais e uma parte dos pesquisadores da área Trabalho e Educação, que vinham defendendo a existência da oferta do Ensino Médio Técnico Integrado, também chamado de Ensino Médio Integrado, a aprovação desse novo decreto mereceu ser comemorada como uma “travessia”. Esse tom de comemoração talvez se deva pelo longo processo social envolvendo disputas travadas em torno da

<sup>5</sup> Conceito de empresariamento da educação de novo tipo, desenvolvido pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX) como suporte analítico às pesquisas que se debruçam sobre a progressiva força política empresarial na educação brasileira nos últimos trinta anos (MOTTA, ANDRADE, 2020, p.2).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



construção e aprovação de inúmeras legislações, como a primeira LDB n.º 4.024 de 1961, quando conquistas foram interditadas pelo regime empresarial militar, alcançando depois tímido avanço com a Lei n.º 7.044/82, sendo novamente interditadas pelo Decreto n.º 2.208/97. Entre avanços e muitos recuos e a persistência pela garantia de direitos em um país clivado por desigualdades estruturais, é possível entender porque o decreto aprovado no governo Lula, e que revogou o decreto anterior, foi tão celebrado como uma *travessia*.

No entanto, é necessário explorar rapidamente as contradições, rupturas e continuidades do que se chamou, à época de sua aprovação, de “Novo” decreto. Vários estudos já foram realizados sobre este decreto. Ao analisar o novo Decreto n.º 5.154 de 2004, Kuenzer (2006) indagou sobre sua intencionalidade, uma vez que revogou formalmente o Decreto n.º 2.208/97 aprovado no Governo Federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, mas, na prática, recriou os cursos médios integrados que já estavam previstos no parágrafo 2º do artigo 36 da Lei n.º 9.394/96, e incorporou todas as modalidades de educação profissional propostas pelo decreto revogado, como os cursos concomitante e o subsequente, sem, contudo, limitar ou superar o balcão de negócios aberto pelo decreto anterior. Ao invés disso, manteve sua concepção e ampliou as possibilidades das parcerias público-privadas por meio de inúmeros programas de qualificação profissional que foram ampliados. Por fim, o que a autora conclui é que o “novo” decreto foi uma “acomodação conservadora” para atender interesses da iniciativa privada.

Apesar de Kuenzer (2006) considerar que há diferenças que precisam ser destacadas entre as políticas de educação profissional dos governos FHC e Lula, sublinha o fato de que as diferenças não estão no plano da concepção das relações entre Estado e Sociedade Civil, pois em ambas experiências é notório o impulsionamento dado às parcerias entre o público e o privado. Assim, podemos destacar a intensificação dessas parcerias relativas à educação profissional pública

PROMOÇÃO



APOIO



por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico<sup>6</sup> (PRONATEC), com privilégios assegurados ao Sistema S. O PRONATEC não só estimulou a expansão privada, como agudizou as desigualdades de oportunidades de acesso ao Ensino Médio Integrado público no sistema federal de ensino.

Outro ponto de vista é o de Rodrigues (2005) para quem o Decreto n.º 2.208/97 recriou explicitamente a dualidade no ensino e o Decreto n.º 5.154/04 reconhece a dualidade. A proposta original de modularização da educação profissional, contida no decreto anterior de 1997, foi potencializada por meio da noção de “itinerários formativos” no “novíssimo decreto” de 2004. Aliás, esta expressão está atualizada com ares de inovação pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional, n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, no Art. 5º, § 4º “itinerário formativo deve contemplar a articulação de cursos e programas”.

Resguardando os embates e limites do Decreto n.º 5.154/2004, foi a partir dele que educadores se esforçaram para discutir a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, “trazendo alguma expectativa de avanço em direção à politécnia, mas mantendo, como acomodação e expressão de posições contraditórias, as formas subsequente e concomitante” (DANTE, DOMINGOS E RIBEIRO, 2015, p. 1.073).

Outro aspecto que deve ser analisado refere-se à totalidade do entendimento sobre o termo Ensino Médio Integrado, na trajetória histórica do uso desse termo dentro do Fórum Nacional da Educação e na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Compreender essa concepção de Ensino Médio Integrado na realidade brasileira exige situá-la nesse período específico da história da educação

<sup>6</sup> O PRONATEC foi instituído pela Lei [n.º 12.513/2011](http://www.mec.gov.br/leis/l12513-2011), de 26 de Outubro de 2011. O programa, segundo o discurso do MEC, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos. Os destaques do Pronatec são: a criação da Bolsa-Formação; a criação do FIES Técnico; a consolidação da rede E-Tec Brasil (rede Técnica Aberta do Brasil); fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado; a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT). O FIES Técnico é o financiamento para alunos que buscam cursos profissionalizantes em Instituições privadas, conforme já ocorre em nível superior. (Fonte: [www.mec.gov.br/pronatec](http://www.mec.gov.br/pronatec)).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

brasileira e entendê-la de forma indissociável aos termos de Politecnicidade e Omnilateralidade. Por isso, é importante lembrar que “sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral, no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2014, p.190).

O projeto educativo que toma os escritos de Marx, e de autores que seguiram sua tradição, como referência para pensar a Escola, entende este espaço institucionalizado da Escola como aquele que cumpre papel social para além de si mesmo, ou seja, para além da cotidianidade, pois valoriza as formas mais desenvolvidas, problematiza a sociedade como obra humana, busca superar a cisão entre trabalho manual e intelectual, busca substituir indivíduo fragmentado por um indivíduo integrado e que se vê artífice do mundo. A Escola cumpre um papel inalienável no desenvolvimento das propriedades essencialmente humanas, na humanização e na emancipação das diferentes frações de classes.

No processo de criação dos Institutos Federais e do debate sobre Ensino Médio Integrado, os processos discursivos sobre diferentes concepções de educação se imbricaram, confundiram e simplificaram temas oriundos dos fundamentos marxistas. A Pedagogia das Competências andou ao lado de conceitos que pautaram a Politecnicidade. Por isso, tornou-se fácil para a pedagogia do capital se apropriar com destreza da linguagem marxista nos documentos oficiais, pois a simplificação do debate deu vazão a usos indevidos e intencionais que provocaram e ainda provocam distorções entre os educadores sobre os projetos educativos que estão em disputa na realidade brasileira. Os formuladores que produziram o texto da Reforma do Ensino Médio, utilizaram do dispositivo discursivo de apropriação de conceitos fora de suas origens teórico-metodológicas, produzindo o desejado: confundir os atores políticos que estão envolvidos (professores, estudantes e as famílias) e aqueles que disputam a Reforma (entidades sindicais e estudantis).

## 2.1 O PROGRAMA NOVOS CAMINHOS: PORTAS ABERTAS AO BLOCO EMPRESARIAL NO PODER

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



No ano de 2017, foi iniciada a mobilização institucional nacional sobre as mudanças nos currículos das escolas da Educação Básica e no Ensino Superior (Cursos de Formação de Professores), impulsionada pela oportunidade favorecida na conjuntura política vivida no País. Em 31 de agosto de 2016, o Governo Federal, sob gestão de Dilma Rousseff sofreu golpe de estado engendrado por forças parlamentares e judiciais, com apoio de empresários, especialmente da mídia, o que ocasionou na perda do cargo de Presidente da República. Logo após a posse do presidente Temer, uma série de medidas na política econômica e social foi apresentada por meio do documento denominado programa “Uma ponte para o futuro”. Em relação às medidas para a educação, entrou na ordem do dia a Medida provisória do Ensino Médio (MP n.º 746 de 22 de setembro de 2016). O ex-presidente do INEP, Francisco Soares<sup>7</sup>, justificou a medida afirmando:

[...] quando o Enem se estabeleceu como o principal processo seletivo do ensino superior no País, acabou se criando um “padrão único” para a saída do ensino médio. Todo mundo estuda o que cai no Enem, o que é ruim, porque obriga todos os alunos a aprenderem determinadas coisas com as quais nem todos se relacionam. Agora, com as novas trilhas, a prova vai ter de refletir uma nova base comum, de boa qualidade.

A fala do bloco no poder, após o golpe, liderado pelos empresários sob o manto do MDB<sup>8</sup> (Movimento Democrático Brasileiro) não deixou dúvidas sobre o projeto pautado para a educação no país. Era necessário acelerar o desmonte da educação pública na etapa da educação básica, nicho promissor para os grandes grupos econômicos, uma vez que o ensino superior público já estava vivendo há algum tempo esse processo de mercantilização por meio da expansão acelerada da EAD, parcerias público-privadas, cortes de recursos, expansão precária de infraestrutura física e administrativa para cursos presenciais, entre outras ações. No que se refere à etapa da educação básica, o foco dos empresários da educação era desestruturar inicialmente o projeto de padronização do acesso aos conteúdos científicos,

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2016/09/reforma-deve-tambem-mudar-vestibulares.html>. Acesso 13 de novembro de 2016.

<sup>8</sup> O MDB aglutina toda a base do antigo partido PMDB, a mudança de sigla significou estratégia de recomposição de forças na disputa do jogo político.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



humanísticos, éticos, estéticos e profissionais comuns a todos, ou seja, o currículo nacional. Nesta perspectiva, estava sob alvo o Ensino Médio Integrado, política educacional estruturante da educação profissional e tecnológica.

O Movimento contrarreformista<sup>9</sup> no Brasil apresenta a concepção educacional empresarial como alternativa para garantia de eficiência de gestão e qualidade para o setor público. A partir de 2019 uma nova estratégia foi reformulada, tomando como referência base os fundamentos do Pronatec, apresentando alterações, agora com o nome Programa Novos Caminhos, “com vistas a impulsionar a produtividade e a competitividade nacional” (BRASIL, s/d, s/p). Sob uma perspectiva exclusivamente economicista, o Programa na essência abre caminhos para fortalecer o processo de privatização e empresariamento por dentro da escola pública, sem contudo, retirar a aparência de instituição pública e gratuita. O Programa surgiu no contexto de cortes na educação federal, sob forte justificativa de que era necessário otimizar e administrar melhor os recursos, para isso operam conceitos que estruturam o discurso: indicadores de custo, Manpower approach, custo-eficiência, custo-qualidade, cultura maker, gerencialismo eficiente. No Governo Federal, sob gestão de Jair Bolsonaro, o Decreto n.º 9.741 de Abril de 2019 contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal, a Educação perdeu R\$ 5,839 bilhões, cerca de 25% do previsto para ser executado naquele ano. O discurso economicista estrutura a justificativa do Programa:

Como fator imprescindível para o crescimento econômico e importante diferencial na competitividade, a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve estar articulada à política de geração de emprego e renda alinhada às demandas do setor produtivo. Deve ainda estimular o desenvolvimento contínuo de soluções técnicas e tecnológicas para fazer frente às demandas internas e aos fluxos crescentes de competitividade no cenário nacional e internacional – comprometida, assim, com o dinamismo, o empreendedorismo e a prosperidade do país (BRASIL, s/d, s/p).

<sup>9</sup> Utilizamos o termo contrarreforma compreendendo como um movimento que acomoda e conserva velhas estruturas, com dispositivos textuais que sugerem alguma novidade. Para subsidiar este entendimento recorre-se a Gramsci para quem “a Contra-Reforma”, a qual, de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre velho e novo” (Gramsci, 2002, p. 143).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Programa Novos Caminhos é uma primeira face da contrarreforma que se lança em oposição a concepção de origem do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais, cuja base do discurso teórico já destacamos neste artigo. O Programa Novos Caminhos se organiza em três grandes estratégias: 1) gestão e resultados, 2) articulação e fortalecimento e 3) inovação e empreendedorismo. Cada estratégia desta atua de modo articulado, buscando fragilizar a formação científica, expandir a formação aligeirada, superficial, de caráter economicista e de certificação em larga escala. O Programa amplia parcerias com instituições privadas de ensino superior, validação de diplomas e com empresas a partir de projetos de inovação e empreendedorismo. Entre as ações deste Programa, destacamos: Alteração no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT); Produção de nova regulamentação da oferta de curso técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES); Formação de Professores e demais Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica articulada a implementação do itinerário da Formação Técnica e Profissional contido na Reforma do Novo Ensino Médio; Expansão de Pólos de Inovação vinculados à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) representando conforme discurso obtido no site do Ministério da Educação “uma articulação entre a academia e o mercado”; Apoio financeiro a projetos de empreendedorismo e inovação por meio da seleção e do acompanhamento da execução de projetos;

Na pesquisa realizada por Oliveira (2023), o Programa Novos Caminhos é apresentado como um movimento de contrarreforma empresarial da educação profissional por meio da análise de três categorias: gerencialismo (a educação como problema de gestão, aprimoramento de critérios de avaliação e controle de financiamento), parcerias público-privadas e estreitamento curricular (sinalizando para os impactos nas políticas de formação humana).

De modo articulado, três outros Programas impactam os Institutos Federais, tanto na concepção de Ensino Médio Integrado, como no financiamento público. O ProNem (Programa de Apoio ao Novo ensino Médio), foi instituído pela Portaria MEC

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



nº.649/2018, com o objetivo de apoiar as secretarias de educação estaduais e do DF na implementação do Novo Ensino Médio, a prioridade de suas ações articulam-se ao conjunto das reformas aprovadas entre 2017 a 2018, assim temos a elaboração, execução e apoio financeiro a implementação do Novo Ensino Médio, formação continuada de professores e implementação da Base Nacional Comum Curricular. A previsão orçamentária no ano de 2022, com informações obtidas no site do MEC, foi da ordem de aproximadamente 350 milhões de reais para as instituições que aderirem ao Novo ensino Médio. Enquanto a Rede Federal foi progressivamente perdendo recursos, sob justificativa que se gastava muito dinheiro nestas escolas e que era necessário otimizar a gestão dos recursos, vimos a verba pública sendo escoada aos cofres do bloco empresarial que dá a forma, o tom e o conteúdo da Reforma do Ensino Médio.

Percebe-se que, ao cortar o orçamento e os investimentos previstos para a educação pública e condicionar a liberação de recursos financeiros para instituições que aderirem a determinados programas e projetos, o governo, mais uma vez e usando uma estratégia diferente, restringe a liberdade e a autonomia financeira de gestores e instituições, uma vez que, indiretamente, acaba obrigando a adesão e a implementação de determinadas práticas e programas como meio de sobrevivência diante de vultosos cortes que comprometem o funcionamento das instituições (OLIVEIRA, 2023, p. 288).

Outros Programas, tais como Programa 4.0 e o Programa Itinerários Formativos impactam de igual maneira o financiamento dos Institutos Federais, assim como seu caráter público-estatal. Também pode-se incluir neste conjunto o Programa Institutos e Universidades empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, lançado no ano de 2019, no entanto, esta pauta não avançou em sua totalidade porque as Instituições reagiram fortemente a sua adesão, por isso não seguiu a sua implementação nos moldes previstos no documento<sup>10</sup>. Todos estes programas segmentam estratégias nas parcerias público-privadas que facilitam o acesso de organizações sociais ligadas à fundações empresariais ao patrimônio e apropriação

<sup>10</sup> Não é objetivo deste breve trabalho descrever mais detalhes sobre o FUTURE-SE, em que pese sejamos superficiais. Na argumentação de Stuchi (2019) identifica o sentido do Future-se, redução da autonomia e privatização das Ifes, subvertendo o pacto constituinte e sinalizando a redução do papel do estado com o financiamento da educação pública, ampliando as possibilidades de financeirização.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

privada do fundo público. Na pesquisa de Fávero (2023), a partir da análise da categoria estatal não-público por ele aprofundada, as instituições educacionais públicas estatais, não deixam de atender a finalidades públicas, mas alinham-se diretamente ao mercado e à iniciativa privada. Fávero apresenta inúmeras ações que comprometem a referência de qualidade dos Institutos Federais como escola pública socialmente referenciada aos filhos da classe trabalhadora.

### 3 CONCLUSÃO

A realização do Ensino Médio Integrado deve ser compreendida e articulada socialmente a partir das bases conceituais fundamentas em Marx e Gramsci. Qualquer outro entendimento do termo “Ensino Médio Integrado” dissociado de sua origem é instrumentalização retórica. “A história do presente é sempre obscurecida pelo sentido de sua transformação que, como soe acontecer, somente nos é dado depois que o futuro/presente se realiza. Mas isso não pode nos imobilizar” (CIAVATTA, 2014, p. 189). Estamos diante de um duplo desafio para organizar as lutas e os processos de resistência envolvendo trabalhadores da educação.

Primeiramente entender a totalidade das diferentes etapas da Reforma para educação e o ponto de convergência do seu conjunto (BNCC, NEM, BNC Formação, 4ª versão do Catálogo do Ens. Técnico, Diretrizes para Ed. Profissional e Tecnológica), ou seja, atacar principalmente e fundamentalmente o pensamento, a teoria, o conhecimento científico, a autonomia relativa, a intelectualização dos professores e das professoras e se utilizar do fundo de financiamento público. A privatização na educação pública assume e ganha novos contornos, é um empresariamento de novo tipo associado ao processo de mercantilização, mercadorização e subsunção da educação pública ao empresariado.

O segundo desafio é compreender o projeto do Ensino Médio Integrado e encará-lo como cerne de uma disputa social pela manutenção e melhoria do trabalho que os Institutos Federais vêm realizando como possibilidade, ainda que com limites

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



e fragilidades, de construção de uma escola pública socialmente referenciada para os filhos da classe trabalhadora e também para os/as trabalhadores/as.

Neste momento lutamos contra o obscurantismo beligerante, como denomina Duarte at ali (2020), assim como contra o anticientificismo, sendo assim, não há outro caminho, senão resistir ao conjunto das reformas no que for possível, a partir de nossas possibilidades de nossa realidade, defendendo neste momento a especificidade do papel da Escola e da produção do conhecimento que construímos nesse espaço, em defesa das condições para a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998 Institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N. 06/2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de setembro de 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017 e 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL; MEC; CNE. Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1997. Disponível em: Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL, **Decreto nº. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm).

Acesso em: 15 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Novos Caminhos: Educação Profissional e Tecnológica gerando mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias**. Brasília, 2021a. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 de março de 2023.

DANTE, Henrique Moura; DOMINGOS, Leite Lima Filho; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso: 11 dez. 2020.

DUARTE, Newton; MAZZEU, Francisco José Carvalho; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. esp. 1, p. 715-736. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13786>. Acesso 30 mar. 2021.

Clavatta, Maria. Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em 11 dez. 2020.

KUENZER, Acácia. Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. 203 p

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



KUENZER, Acácia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, v.27, p. 877-910, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005a.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Lucília R. de Souza Machado. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MOTTA, Vânia Cardoso, ANDRADE, Maria Carolina P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. Seção especial: privatização da educação, **Revista Educação e Sociedade**, nº 41, 2020.

OLIVEIRA, Tiago Fávero. Contrarreformas neoliberais e formação para o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: entre o público e o privado. **Tese (Doutorado)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

RAMOS, Marise. **Entenda a discussão sobre as Diretrizes Nacionais** In: <https://www.anped.org.br/news/entenda-discussao-sobre-diretrizes-curriculares-nacionais>. Acesso em 10 de jul. 2021.

RODRIGUES, José dos Santos. Ainda a Educação Politécnica: O novo decreto da Educação Profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 2, p. 259 – 282, 2005. Disponível em: <http://www.revista.epsiv.fiocruz.br>. Acesso em: 16 abr. 2011.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**. v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos históricos e ontológicos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 34, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO

